

**OS NOMES DE LUGARES NAS PROVAS DO ENEM:
REFLEXÕES SOBRE TOPONOMÁSTICA E ENSINO**

Anna Inez Alexandre Reis (UFT)

annainezar@gmail.com

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

karylleila@gmail.com

Resumo

A Toponomástica é a disciplina científica que estuda os nomes de lugares e os designativos geográficos. O estudo dessa área, com foco no ensino, possui um caráter inovador e propicia a integração de diferentes áreas do conhecimento. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar de que forma os nomes de lugares estão apresentados nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio para fins de verificação se a eles estão vinculadas informações de cunho toponomástico. Além disso, foi realizado um estudo nos documentos oficiais que regem o Ensino Médio para embasar a descrição e a análise dos dados. Para a coleta de dados, foram feitas pesquisas bibliográfica e documental. As fontes documentais são as provas do Enem, aplicadas entre 2009 e 2016. As fontes bibliográficas são as publicações já produzidas sobre o tema em estudo e os seguintes documentos oficiais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (2017). Nas 63 questões catalogadas nas provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Enem, os topônimos identificados são apresentados como locativos. Apenas uma das questões apresenta um nome de lugar acompanhado de informação sobre a sua etimologia e o seu significado. Com o estudo dos documentos oficiais, verificou-se que eles indicam uma vertente de trabalho interdisciplinar e destacam competências e habilidades para serem desenvolvidas nas disciplinas de Língua Portuguesa, de História e de Geografia.

Palavras-chave:

Enem. Ensino. Interdisciplinaridade. Toponomástica.

ABSTRAT

Toponomastic is a subject that studies the names of places and geographical designative. The study of this topic with the focus on teaching has an innovative character and provides the integration of different areas of knowledge. The aim of this research is to identify how the names of places are presented in the exams of the National High School Examination (Enem), in order to verifying whether they are linked to information of toponic nature. In addition, a study of the official documents governing High School was conducted to corroborate the analysis of the data. For data collection, bibliographic and documentary research were conducted. The documentary sources are Enem's exams which were done between 2009 and 2016. The bibliographical sources are the publications produced on the subject and the following official documents: the Law of Guidelines and Bases of National Education (1996), the National Curricular Parameters of High School (2000), the National General Curriculum

Guidelines of Basic Education (2013), and the National Common Curricular Base (2017). Sixty-three (63) Enem's questions were catalogued from the Language, Codes and Technology, in which it was identified that the toponyms are presented as locatives, without information of toponomastic nature. One of the questions presented a name of a place with its etymology and meaning. With the study of official documents, we came to the conclusion that, they indicate an interdisciplinary work strand and highlight skills and abilities to be developed in the disciplines of Portuguese Language, History and Geography.

Keywords:

Enem. Interdisciplinarity. Teaching. Toponomastic.

1. Introdução

Nomear os lugares é uma atividade e uma necessidade humana. Desde os primórdios dos tempos, evidencia-se a presença atuante do homem dando nomes aos lugares, traduzindo “em “formas significativas” ou em “palavras”, os mais variados aspectos de sua cultura, integralizando-os em um todo orgânico” (DICK, 1990a, p. 32).

A Onomástica é a ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios. Segundo o dicionário de linguística, Dubois (2006, p. 441), “é o ramo da lexicologia que estuda a origem dos nomes próprios”. A investigação semântica das denominações parte de um conceito para, então, buscar os signos linguísticos que lhes correspondem. A Onomástica se subdivide em dois ramos: Toponomástica e Antroponomástica.

A primeira estuda os nomes próprios de lugares, os topônimos, produtos do percurso teórico e metodológico que ampara a disciplina; enquanto a segunda trata do estudo dos nomes de pessoas, antropônimos.

É importante esclarecer que a palavra toponímia é comumente empregada para referir-se ao estudo dos topônimos, contudo, neste estudo é utilizado a conceituação apresentada por Cabrera (2002, p. 3). A autora distingue toponímia como “conjunto de nomes de lugar e Toponomástica como a disciplina que os estuda”²⁸⁸. Pocklington (s/d) apresenta conceito semelhante: o termo toponímia designa um conjunto de topônimos, um grupo de nomes de lugar que tem algo em comum, como por

²⁸⁸ Conjunto de los nombres de lugar, y toponomástica como disciplina que los estudia. (Tradução nossa).

exemplo, nomes de lugares de uma determinada região, enquanto o estudo científico da toponímia é chamado de Toponomástica. Trapero (1999) e Seide (2013) também utilizam dessa conceituação.

Considerando essa distinção, será utilizado o termo Toponomástica para se referir à disciplina que estuda os nomes de lugares; Antroponomástica para a disciplina que estuda os nomes de pessoas; e toponímia para referir-se a um conjunto de topônimos.

2. Referencial teórico

O objeto de estudo da Toponomástica é o signo toponímico, o qual exerce a função de identificador de um espaço geográfico. Conforme Ullmann (*Apud* DICK, 1990a), “a função específica de um nome próprio é identificar e não significar”, mas, para além dessa colocação, o signo toponímico possui características essenciais que o distinguem dos demais signos linguísticos.

Saussure postula que o signo linguístico é arbitrário. Por exemplo, a ideia de ‘mar’ não está ligada à sequência de sons que lhe serve de significado, poderia ser representada por outra sequência. Isso quer dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 1995, p. 81-3).

O signo toponímico, por outro lado, distingue-se dos demais signos por apresentar a característica de ser motivado. Além de identificar os lugares, os topônimos também evidenciam aspectos físicos e antropoculturais do lugar que identificam.

Consoante a esta colocação, Cabrera (2002), diz que

A razão de ser dos topônimos vem determinada pela necessidade que o homem tem de denominar de alguma maneira o espaço físico em que se move para reconhecê-lo e diferenciá-lo dos demais. Estes nomes normalmente refletem características específicas que ajudam a identificar esse espaço físico. Assim, pode se tratar de referências a forma e cor do terreno, a flora, a fauna, a procedimentos agropecuários, acontecimentos históricos, a nomes de pessoas, etc.²⁸⁹ (CABRERA, 2002, p. 4-5) (tradução

²⁸⁹ La razón de ser de los topónimos viene determinada por la necesidad que tiene el hombre de denominar de alguna manera el espacio físico en el que se mueve con el fin de poder reconocerlo y diferenciarlo de los demás. En estos nombres se su elen reflejar ca-

O topônimo é uma forma da língua como as demais palavras do léxico, como afirma Dick (1990b), no entanto, o emprego dos signos linguísticos é que se torna especial nas ciências onomasiológicas: a função significativa dos topônimos é que se diferencia quando a Toponomástica os transforma em seu objeto de estudo.

Nas palavras de Dick (1990b, p. 16-17), é “o uso particularizante do signo que define o campo conceitual da disciplina e justifica o exame da nomenclatura em suas características internas e externas”. A funcionalidade do emprego dos topônimos adquire uma dimensão maior, de maneira que, no ato do batismo de um lugar, o que era arbitrário transforma-se em essencialmente motivado.

Conforme o exemplo apresentado pela autora, em que esclarece que o termo ‘pedra’ está incluído no conjunto dos nomes comuns. No entanto, analisando-o no sintagma toponímico ‘morro da Pedra’, o termo genérico morro designa o acidente geográfico de natureza física e Pedra, o topônimo propriamente dito, o termo caracterizante. Este, possivelmente, não foi empregado arbitrariamente na nomeação do lugar, podendo fazer referência ao aspecto físico do local nomeado.

Dick esclarece que a motivação toponímica envolve um duplo aspecto: a intencionalidade do denominador e a origem semântica da denominação. Segundo a autora:

O duplo aspecto da motivação toponímica transparece, assim, em dois momentos: – primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico; – e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas. (DICK, 1990b, p. 18)

São esses os aspectos analisados quando se estuda um topônimo. Eles são modalidades de aferição da motivação e representam perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponomástica.

características específicas que ayudan a identificar ese espacio físico. Así, puede tratarse de referencias a la forma y color del terreno, a la flora, a la fauna, a procedimientos agropecuarios, a acontecimientos históricos, a nombres de personas, etc.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ainda em conformidade com Dick (1990b, p. 18-19), “o signo toponímico em função toponímica representaria uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado”. Quando, por exemplo, os topônimos apresentam indicação de aspectos físicos ou antropoculturais, referências a cores, formas, tamanhos, constituição natural, como em: rio Grande, rio Pequeno, riacho Fundo, lagoa Rasa, ilha Comprida, aldeia Velha.

Portanto, ao lado da função identificadora do topônimo, está inseparavelmente contida uma significação precisa, que muitas vezes não transparece em virtude da opacidade que o nome adquiriu ao se distanciar das causas que o motivaram.

De acordo com Cabrera (2002), os nomes de lugares não se atribuem de forma arbitrária, mas fazem referência a alguma característica que resulta atraente para a identificação de um ponto determinado da geografia. A autora explicita que:

Do ponto de vista sincrônico, todo topônimo cumpre uma função identificadora de um espaço determinado, quer dizer, “os topônimos designam, não significam” (TRAPERO, 1995, p. 30), pois, como afirma E. Coseriu, a designação supõe “a referência a um objeto”, mas, diacronicamente, esse topônimo teve um significado totalmente transparente para os falantes que começaram a usá-lo, os quais se serviram da língua comum para chamar um lugar com um determinado nome (CABRERA, 2002, p. 4-5, tradução minha).²⁹⁰

Portanto, a nomeação dos lugares não é feita de forma aleatória; o homem nomeia um lugar movido por sua impressão sensorial e/ou sentimental. Ao servir-se de sua capacidade linguística para nomear os lugares, o homem estabelece algumas relações: “primeiro consigo próprio, ao demonstrar conhecer a realidade circundante e utilizar seu conhecimento para designar um local; e depois com seus interlocutores, pois, por meio do topônimo, transmite, com maior exatidão, o real significado que lhe atribuiu” (ZAMARIANO, 2012, p. 356)

²⁹⁰ Desde el punto de vista sincrónico, todo topónimo cumple una función identificadora de un espacio determinado, es decir, “los topónimos designan, que no significan” (Trapero 1995: 30), pues, como afirma E. Coseriu, la designación supone “la referencia a un objeto”, pero, diacrónicamente, ese topónimo tuvo un significado totalmente transparente para los hablantes que empezaron a usarlo, los cuales se sirvieron de la lengua común para llamar un lugar con un nombre determinado.

2.1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, ela estabelece que o ensino escolar deve estar vinculado ao mundo do trabalho e à prática social, tendo por finalidades principais o pleno desenvolvimento do aluno, a preparação para exercer a cidadania e a qualificação para o trabalho.

O artigo 22 da Lei determina que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Sobre o Ensino Médio, a LDB estabelece que esta é a etapa final da educação básica, na qual devem ser aprofundados e consolidados os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, assim como deve favorecer o aprimoramento do aluno como pessoa humana, da formação ética, do desenvolvimento da autonomia intelectual.

No artigo 36, no qual houve alteração dada pela Lei nº 13.415 de 2017, a LDB estabelece que o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, são eles: as áreas de linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, formação técnica e profissional. A organização dessas áreas e de suas respectivas competências e habilidades será feita de acordo com os critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

2.2. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PC-NEM)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio foram publicados no ano 2000 e apresentam discussões, elaboradas de forma coletiva, sobre as preocupações em relação ao Ensino Médio. Nessa época, já se discutia a ideia de que a nova configuração da sociedade exigiria uma escola que possibilitasse aos alunos se integrarem no mundo contemporâneo. Baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ministério da Educação, juntamente com educadores,

[...] chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentaliza-

Os principais objetivos desse documento são difundir os princípios desse novo perfil para o currículo e orientar o professor na busca por novas abordagens e metodologias de ensino. Os parâmetros, portanto, não são normativos, mas cumprem a função de orientar e subsidiar os professores em sua prática na sala de aula; indicando que o modelo educacional estava defasado e necessitava de modificações. Propõem a reorganização do currículo do Ensino Médio de forma interdisciplinar. O documento apresenta a reorganização do currículo do Ensino Médio em áreas do conhecimento, tendo a interdisciplinaridade como forma de melhorar o ensino–aprendizagem.

2.3. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) constituem um documento do Ministério da Educação e a sua elaboração é uma atribuição federal exercida pelo Conselho Nacional de Educação. As DCN são um conjunto de definições sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica. Elas têm o objetivo de orientar as escolas na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. Partindo dos princípios difundidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela Constituição Federal, as DCN visam “estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar” (BRASIL, 2013, p. 8).

As DCN expressam a expectativa de “inspirar as instituições educacionais e os sistemas de educação na elaboração de suas políticas de gestão e projetos político-pedagógicos, com vistas a garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos” (BRASIL, 2013, p. 5). Elas reforçam a ideia de que o Ensino Médio vai além da formação profissional e perpassa a construção da cidadania. Em função desse posicionamento, o documento esclarece que é preciso oferecer aos alunos desta etapa de ensino “novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos” (BRASIL, 2013, p. 145). A discussão apresentada está

sempre perpassada por essa ideia de ampliar os saberes a que os estudantes têm acesso. Como expõe as DCN, o conhecimento de diferentes culturas permite tornar mais amplo o processo de aprendizagem. Outro ponto ressaltado no texto, é a importância de tornar o aluno intelectualmente autônomo. Ou seja, que o aluno seja capaz de aprender a aprender, isso garante que ele tenha acesso, tanto ao conhecimento já acumulado quanto possibilita que ele produza novos.

Compreende-se que as Diretrizes se orientam no sentido de propor a interdisciplinaridade na organização do conhecimento escolar, almejando uma formação humana integral. Esta orientação visa à construção de um Ensino Médio que apresente uma unidade e que possa atender a diversidade mediante o oferecimento de diferentes formas de organização curricular. Está presente, de forma recorrente, no texto a ideia de uma “reestruturação da escola com vistas à introdução de novos conteúdos e de novas metodologias de ensino capazes de promover a oferta de uma formação integral” (BRASIL, 2013, p.157). As DCN apresentam pesquisa como um princípio pedagógico e argumentam que quando associada ao desenvolvimento de projetos contextualizados e interdisciplinares ganha maior significado para os alunos.

2.4. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é prevista pela Constituição Federal, artigo 210, o qual estabelece que serão afixados conteúdos mínimos de maneira a assegurar a formação básica comum. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 26, assegura que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio devem ter base nacional comum.

A BNCC é um documento de caráter normativo que define quais são as aprendizagens essenciais para os alunos da Educação Básica. Ele se aplica à educação escolar, é uma referência nacional para a formulação dos currículos.

Conforme o documento, (BRASIL, 2017), na etapa da Educação Básica, as aprendizagens essenciais devem contribuir para o desenvolvimento de dez competências gerais. Competência é definida como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atividades e valores para desenvolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. As dez competências gerais inter-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

relacionam-se e desdobram-se nas três etapas de ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A BNCC é organizada por áreas do conhecimento e propõe esta divisão baseando-se na LDB, em seu Art. 36, que estabelece que a organização curricular do Ensino Médio. As quatro áreas são: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Neste trabalho é apresentado o estudo das partes que se referem às áreas de Linguagens e Ciências Humanas, pois essas se relacionam mais diretamente com a temática da pesquisa.

O estudo da BNCC demonstrou que os nomes geográficos podem ser relacionados aos conhecimentos das áreas de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Na área de Linguagens pode-se destacar as competências 1 e 2. A competência 1 diz respeito à compreensão e análise das diferentes linguagens e prevê que os alunos possam ampliar sua capacidade de explicar e interpretar criticamente os atos de linguagem. A competência 2 discute a compreensão e análise das situações e contextos de produção de sentidos nas práticas sociais de linguagem. Estas competências podem ser vinculadas à temática da pesquisa e relaciona-se ao estudo dos nomes de lugares sob a perspectiva linguística.

Sobre a área de Ciências Humanas, a competência 1 refere-se ao desenvolvimento da capacidade de operacionalizar conceitos como temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade. A competência 2 diz respeito à capacidade de comparar e avaliar a ocupação do espaço, a delimitação de fronteiras e o papel dos agentes responsáveis pelas transformações. Esta competência leva em conta o significado da história e da política na produção do espaço. Estes conhecimentos podem ser vinculados à Toponômica, e assim possibilitar o desenvolvimento dessas competências a partir do estudo dos nomes de lugares.

Os documentos oficiais, de forma geral, são unânimes ao apresentar uma recorrente referência à abordagem interdisciplinar, à colaboração entre as disciplinas. Nota-se que toda a discussão sugere este tipo de abordagem na prática pedagógica do Ensino Médio.

Desde a LDB a interdisciplinaridade e a organização curricular por áreas do conhecimento vêm sendo discutidas e abordadas ao longo dos anos. O trabalho com uma abordagem interdisciplinar na prática pedagógica também é discutido pelos PCNEM, pelas DCN e pela BNCC.

Diante do estudo dos documentos oficiais, observa-se que o campo de estudo da Toponômica, por seu caráter interdisciplinar, oferece a possibilidade de uma abordagem que integre disciplinas como Língua Portuguesa, História e Geografia, podendo contribuir para o desenvolvimento das competências estabelecidas pelos documentos.

3. Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa foi pensada a partir da natureza do seu objeto de pesquisa, dos objetivos e dos questionamentos que se propõe a responder. A pesquisa responde às seguintes questões: como os nomes de lugares estão dispostos ou apresentados nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)? Quais as relações interdisciplinares, identificadas nos documentos oficiais que regem o Ensino Médio, podem estar relacionadas aos nomes de lugares, também conhecidos como nomes geográficos na área da Geografia?

Utiliza-se o método indutivo, primeiramente, porque os procedimentos teóricos e metodológicos de Dick (1990a), que é referência basilar nos estudos de Toponômica, já asseveram o uso deste método em suas análises. Em segundo lugar, porque o método indutivo tem o objetivo de chegar a uma conclusão à qual pode ser verdadeira ou não. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 86), o método indutivo leva a “conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseia”.

Nesse contexto, a indução poderá acrescentar informações novas nas premissas que foram levantadas. O desenvolvimento da pesquisa parte das etapas que compõe esse tipo de método: a) coleta de informações a partir da observação dos dados; b) organização sistemática e coerente dos dados obtidos e selecionados; c) formulação de hipóteses de acordo com a descrição e análise dos dados; e, por fim, d) verificação das hipóteses a partir das análises dos dados.

Optou-se por trabalhar com uma abordagem qualitativa por ser um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social (NEVES, 1996, p. 1). Compreende-se esta pesquisa como um estudo interpretativo, uma vez que ela faz uma investigação acerca da

forma como os nomes de lugares são apresentados nas provas do Enem.

A importância dessa abordagem se deve ao fato de que não se poderia responder aos questionamentos que a norteiam a partir de outra abordagem, pois conforme Suassuna (2008, p. 348), é a pesquisa qualitativa que responde a questões particulares, que enfoca na realidade que não pode ser quantificada, e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), toda pesquisa implica no levantamento de dados de variadas fontes; é a fase de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. O levantamento de dados é feito de duas maneiras: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica constitui o estudo da bibliografia já produzida em relação ao tema pesquisado. O estudo dessa bibliografia deve formar a base teórica que irá nortear a pesquisa e consubstanciar a análise dos dados. A pesquisa bibliográfica desta pesquisa é composta pelas publicações já produzidas sobre o tema abordado e pelos documentos oficiais que norteiam o Ensino Médio, a saber: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), a Base Nacional Comum Curricular (2017).

Na pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2003), a fonte de coleta de dados é restrita a documentos, o documento é o objeto de investigação. Esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam tratamento científico; utiliza documentos institucionais, pessoais, de uso restrito ou públicos. A pesquisa documental permite identificar informações nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse.

Nesta pesquisa, as fontes documentais são as provas do Exame Nacional do Ensino Médio. Esses são arquivos públicos, de alcance nacional, acessíveis via internet. As provas do Enem são disponibilizadas na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira²⁹¹ (INEP).

3.1. O levantamento de dados nas provas do ENEM

²⁹¹ Cadernos de Questões. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Até o ano de 2008, as provas do Enem não eram divididas por áreas do conhecimento e as questões não eram dispostas separadamente por disciplinas. Em uma análise preliminar, evidenciou-se que o levantamento dos dados se tornaria mais difícil em função desse tipo de apresentação e da quantidade de dados a serem levantados, caso se propusesse analisar todas as provas do exame.

Dessa forma, optou-se por analisar as questões das provas da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias aplicadas entre os anos de 2009 a 2016. Nesta pesquisa, são analisadas as questões que apresentam topônimos de natureza humana: nomes de cidades, estados e municípios brasileiros. Os nomes de lugares são referidos em documentos oficiais como nomes geográficos, mas serão analisados como nomes de lugares, topônimos, sob a perspectiva da Toponômica.

Para a catalogação das questões das provas do Enem foi elaborada e utilizada uma ficha de coleta. Nela são identificadas as provas analisadas (Prova de Linguagens), o ano de sua aplicação, o caderno de prova, o dia da aplicação (1º ou 2º dia), o número da aplicação²⁹², o número de questões. Também está identificado na ficha a página da questão e um recorte da questão. Segue um exemplo de ficha:

Tabela 1: Questão do Enem 2009.

ENEM 2015		CADERNO 1 Azul/ 2º dia PRIMEIRA APLICAÇÃO
PROVA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS: Questões de 91 a 135		
Página	Questão	
16	<p>QUESTÃO 128 ○○○○○○</p> <p>João Antônio de Barros (Jota Barros) nasceu aos 24 de junho de 1935, em Glória de Goitá (PE). Marceneiro, entalhador, xilografo, poeta repentista e escritor de literatura de cordel, já publicou 33 folhetos e ainda tem vários inéditos. Reside em São Paulo desde 1973, vivendo exclusivamente da venda de livretos de cordel e das cantigas de improviso, ao som da viola. Grande divulgador da poesia popular nordestina no Sul, tem dado frequentemente entrevistas à imprensa paulista sobre o assunto.</p> <p><small>QUANTO M. C. contém em sua obra: IN BRANCO H. N. (Diret.) Gêneros de discursos na escola: mito, conto, conto popular, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2008.</small></p> <p>A biografia é um gênero textual que descreve a trajetória de determinado indivíduo, evidenciando sua singularidade. No caso específico de uma biografia como a de João Antônio de Barros, um dos principais elementos que a constitui é</p>	Glória de Goitá (PE) - Locativo São Paulo - Locativo

Fonte: Reis (2019).

Foram catalogadas 63 questões das provas de Linguagens, Códigos

²⁹² Em alguns anos, a Prova do Enem teve mais de uma aplicação.

gos e suas Tecnologias, aplicadas entre os anos de 2009 e 2016, totalizando oito provas analisadas. A coluna da direita na tabela foi utilizada para transcrever os topônimos que aparecem nas questões. Nesse espaço, a frente de cada nome de lugar, se identifica a forma como o topônimo é apresentado: se ele aparece como locativo ou com informações de cunho toponomástico. Como ‘locativo’ compreende-se que o nome de lugar apenas identifica o local citado, ou seja, aparece em sua função identificadora, não havendo nenhuma informação acerca de sua etimologia e significado.

4. Resultados e discussão

Nas questões das provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias analisadas para o estudo, foram levantados 123 nomes de lugares. Os nomes foram analisados dentro de cada questão, além disso, identificou-se de que modo eles aparecem em cada uma delas.

Para analisar os topônimos, recorreu-se aos conhecimentos reunidos na pesquisa bibliográfica e à análise dos documentos oficiais, nos quais foram observados a forma de organização e as competências e habilidades a serem trabalhados no Ensino Médio. A partir da identificação dos nomes de lugares nas questões do Enem, buscou-se responder aos questionamentos iniciais da pesquisa: (I) como os nomes de lugares estão dispostos ou apresentados nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)? (II) Quais as relações interdisciplinares, identificadas nos documentos oficiais que regem o Ensino Médio, podem estar relacionadas aos nomes de lugares, também conhecidos como nomes geográficos na área da Geografia?

Em relação aos nomes de lugares nas questões da prova do Enem, identificou-se que 98,42% das questões apresenta os topônimos como locativos, sem informações de cunho toponomástico. Como locativo, portanto, a função do nome de lugar é apenas de identificar o local citado. Na questão apresentada na tabela 1, observa-se um exemplo.

Nos quadros 3 e 4 observam-se que os topônimos estão dispostos como locativos, ou seja, sua função é identificar o local que nomeia; não há informação de cunho toponomástico.

Dentre as 63 questões analisadas, identificou-se uma que apresenta um nome de lugar acompanhado de informação sobre a sua origem e seu significado. Como está apresentado no quadro abaixo, o topônimo “I-

taorna”, conforme o texto da questão, é de origem tupi e significa “pedra podre”.

Tabela 2: Questão do Enem 2015.

ENEM 2015		CADERNO 1 Azul/ 2º dia PRIMEIRA APLICAÇÃO
PROVA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS: Questões de 91 a 135		
Página	Questão	
15	<p>QUESTÃO 122 ○○○○○</p> <p>No ano de 1985 aconteceu um acidente muito grave em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, perto da aldeia guarani de Sapukai. Choveu muito e as águas pluviais provocaram deslizamentos de terras das encostas da Serra do Mar, destruindo o Laboratório de Radioecologia da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, construída em 1970 num lugar que os índios tupinambás, há mais de 500 anos, chamavam de Itaorna. O prejuízo foi calculado na época em 8 bilhões de cruzados. Os engenheiros responsáveis pela construção da usina nuclear não sabiam que o nome dado pelos índios continha informação sobre a estrutura do solo, minado pelas águas da chuva. Só descobriram que itaorna, em língua tupinambá, quer dizer ‘pedra podre’, depois do acidente.</p> <p><small>FRERE, J. R. B. Disponível em: www.sapukai.com.br. Acesso em: 1 ago. 2012 (adaptado).</small></p> <p>Considerando-se a história da ocupação na região de Angra dos Reis mencionada no texto, os fenômenos naturais que a atingiram poderiam ter sido previstos e suas consequências minimizadas se</p> <ul style="list-style-type: none"> Ⓐ o acervo linguístico indígena fosse conhecido e valorizado. Ⓑ as línguas indígenas brasileiras tivessem sido substituídas pela língua geral. Ⓒ o conhecimento acadêmico tivesse sido priorizado pelos engenheiros. Ⓓ a língua tupinambá tivesse palavras adequadas para descobrir o solo. Ⓔ o laboratório tivesse sido construído de acordo com as leis ambientais vigentes na época. <p>QUESTÃO 123 ○○○○○</p>	<p>Angra dos Reis - Locativo Rio de Janeiro - Locativo Sapukai (aldeia) Itaorna (local nomeado pelos índios tupinambás) “pedra podre” – Questão aborda a valorização do acervo linguístico indígena. Informação sobre a origem e significado do nome.</p>

Fonte: Reis (2019)

A etimologia de *‘ita’* é apresentada por Sampaio (1987, p. 254), como de origem tupi: “c. Y-tá, o que é duro, a pedra, o penedo, a rocha, o seixo, o metal em geral, o ferro. 107. Alt. Tá.” O autor não apresenta a etimologia de *‘orna’*, de forma que não é possível atestar a etimologia que é apresentada na questão.

Observa-se que nas questões do Enem, de forma geral, os topônimos não são apresentados com informações de cunho toponomástico. Embora este tipo de abordagem dos topônimos não seja o foco da atenção na elaboração das provas, o exame, que é porta de entrada para universidades públicas e particulares, é organizado de forma interdisciplinar, portanto, seria oportuno a apresentação de questões que abordem preceitos linguísticos, históricos e geográficos atrelados aos nomes de lugares. A questão que apresenta um nome de lugar com informações sobre etimologia e origem, por exemplo, ilustra o tipo de trabalho com topônimos que se almeja nos estudos toponomásticos para a educação básica.

Retomando o que é apresentado por (SEABRA, 2006), quando diz que a função de um topônimo não é apenas identificar, mas também sig-

nificar, pois vai além da função nomenclatória, observa-se que os topônimos podem ser apresentados de forma interdisciplinar, e não apenas como locativos, identificadores. O que se busca não é a inserção do estudo da Toponomástica nas questões do Enem, mas a ampliação da perspectiva do topônimo em si. Tendo como base que um topônimo abrange em si elementos que se relacionam a diferentes áreas do saber, o exame pode apresentar os topônimos atrelados a aspectos linguísticos, históricos, geográficos, por exemplo.

Quanto às relações interdisciplinares relacionadas aos nomes geográficos nos documentos oficiais, identificou-se que a organização do Ensino Médio é feita com base no conceito da interdisciplinaridade. Os documentos oficiais indicam o trabalho interdisciplinar e destacam competências e habilidades para serem desenvolvidas nas disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia. São destacadas algumas habilidades dentro dessas disciplinas que se aliam aos conhecimentos da Toponomástica e que podem ser explorados no ensino aprendizagem.

Como exemplo, cita-se as competências apresentadas pela BNCC, que é o documento que deve embasar a elaboração dos currículos escolares. Na área de Linguagens e suas Tecnologias destacam-se as competências 1 e 2, que estão relacionadas à compreensão e análise das diferentes linguagens, à ampliação da capacidade de explicar e interpretar criticamente os atos de linguagem, e à compreensão e análise das situações e contextos de produção de sentidos nas práticas sociais de linguagem. Na área de Ciências Humanas, destacam-se as competências 1 e 2, que estão relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de operacionalizar conceitos como temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade, e também à capacidade de comparar e avaliar a ocupação do espaço. O estudo da Toponomástica abrange os conceitos contidos nessas competências e por isso pode ser uma forma de desenvolvê-las na prática pedagógica.

Por exemplo, os PCNEM são permeados pela concepção de linguagem como interação, que organiza e ordena as experiências de uma comunidade linguística; também demonstra que a Língua Portuguesa é a base que conecta os outros conhecimentos; e fala sobre a importância de interpretar as diversas fontes e testemunhos do passado e do presente, e da possibilidade e articulação entre os conhecimentos de História e Língua Portuguesa.

As DCN falam sobre a necessidade de tornar mais amplo o pro-

cesso de aprendizagem, propõe a interdisciplinaridade como um dos princípios pedagógicos estruturadores dos currículos e o trabalho com pesquisa.

A BNCC apresenta a ideia de romper com as barreiras interdisciplinares, e possibilitar que o aluno aprenda a indagar. Também demonstra a importância de trabalhar com noções de temporalidade, espacialidade, modos de organizar a sociedade, memória, identidade, territorialidade, etc. As competências podem desenvolver as capacidades de explicar e interpretar os atos da linguagem, o significado da história e da política na produção do espaço.

O estudo dos nomes de lugares abrange essas ideias contidas nos documentos oficiais, por oferecer a possibilidade de integração entre as disciplinas, e pode ser desenvolvido a partir de projetos interdisciplinares.

4.1. Os elementos da Toponômica: currículo em movimento

Na tentativa de discutir a abordagem dos nomes de lugares no ensino, apresenta-se a seguir os elementos da Toponômica que podem ser abordados no currículo escolar e corroboram para desenvolver competências e habilidades propostas para a etapa do Ensino Médio.

Em primeiro lugar, o estudo dos topônimos envolve a investigação da origem e da etimologia do nome. A origem diz respeito à língua da qual o nome se origina. Conforme Dubois (2006), a etimologia remonta às relações que uma palavra mantém com outra, da qual se origina. “Tem a função de explicar a evolução das palavras remontando o mais longe possível no passado” (DUBOIS, 2006, p. 252).

Outro elemento do estudo toponímico é o estudo da motivação do nome de lugar. Segundo Dick (1990a), a motivação toponímica tem um duplo aspecto. Envolve a intencionalidade do denominador ao dar nome a um lugar e, por outro lado, envolve a origem semântica da denominação, o significado que o nome revela. A origem semântica do topônimo pode ser abordada pela disciplina de Língua Portuguesa, além da própria estrutura morfológica e lexical do topônimo. O estudo da motivação envolve a investigação dos fatores envolvidos na escolha de determinado nome, que podem ser: fatores sociais, geográficos, históricos, culturais, etc., e que podem ser explorados pelas disciplinas de História e Geografia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dick (1990b) afirma que através da Toponomástica revelam-se as feições características do local, sejam de ordem física ou sociocultural. Conforme a autora, esses aspectos podem, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o topônimo e o ambiente em que ele se acha inscrito. Por isso a importância de estudar as características que influenciam a motivação do nome.

Conforme Andrade (2017), a Toponomástica pode estabelecer a materialização das impressões deixadas pelos indivíduos. “Como forma de representação dos lugares, os nomes podem refletir os sentimentos vividos pelas comunidades. Nesse caso a nomeação, isto é, dar-se-á de maneira dinâmica” (ANDRADE, 2017, p. 142).

Em relação aos fatores geográficos, destaca-se que a geografia do local pode influenciar a motivação do topônimo. É interessante destacar também a relação dos indivíduos com o lugar, que segundo a Geografia Cultural tem sua relevância.

Andrade (2017) explica que a Geografia Cultural é uma das diversas especialidades da Geografia, fundamentada a partir de representações. Segundo esta especialidade, o conhecimento se baseia nas percepções que os indivíduos têm, o lugar é um conceito fundamental para o estudo da geografia.

A Geografia Cultural é considerada sociocultural, pois estabelece as vivências e as relações dos indivíduos no espaço. Isso remete à construção dos indivíduos como seres sociais, refletindo os aspectos identitários e culturais dos mesmos. Nessa perspectiva, o lugar é estabelecido a partir das experiências dos indivíduos, sendo avaliado como o lar, a cidade, a região dos mesmos. (ANDRADE, 2017, p. 143)

Dentro dessa visão, a autora argumenta que o conceito de lugar, discutido na Geografia Cultural, caminha pelo viés da Toponomástica, uma vez que, os topônimos não são alheios aos contextos históricos, culturais e sociais. Esta especialidade da Geografia, denomina os topônimos como nomes geográficos, e que seu estudo pode ser utilizado para sua compreensão dos lugares como dimensões os indivíduos.

Destaca-se também a importância da Toponomástica para o estudo dos nomes de origem indígena. Tais conhecimentos podem ser abordados pela disciplina de Língua Portuguesa, de História e Geografia, pois relaciona-se também à história do país e sua expansão territorial. Não se pode deixar de mencionar a contribuição das línguas indígenas para a formação do português. Os topônimos indígenas têm um caráter descritivo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vo expressando sempre as características do local nomeado: “a vinculação toponímica aos traços ambientais aparece, via de regra, na nomenclatura indígena, como uma constante” (DICK, 1990b, p.40).

A partir desses elementos da Toponomástica, que se relacionam diretamente às disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia, que se pretende discutir como seria a abordagem desses elementos no currículo escolar.

Até então, nota-se que os elementos toponomásticos não se apresentam de forma explícita nas propostas de currículos para o Ensino Médio. Utilizar os nomes de lugares como forma de intercambiar conhecimentos entre as disciplinas seria uma possibilidade de ter um currículo em movimento a fim de promover a interdisciplinaridade, a formação integral, o incentivo ao desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno.

O que se pensa ao falar em currículo em movimento é o trabalho colaborativo entre as disciplinas escolares para o desenvolvimento de projetos como o estudo dos nomes de lugares. É contribuir para, ao intercambiar conhecimentos, o desenvolvimento de novas abordagens de ensino. Intenciona-se, com este estudo, compreender também como os estudos na área da Toponomástica podem ser aplicados em outros campos, como por exemplo, ao ensino básico.

Sobre esse ponto, é importante destacar que os estudos na área estão em constante crescimento no Brasil e tem demonstrado resultados que podem ser aplicados ao ensino.

Com base no exposto, buscou-se aqui mostrar a possibilidade de agregar ao currículo escolar os elementos da Toponomástica. Esses elementos permitem vislumbrar um currículo dinâmico, em movimento, que tenha como principal fundamento a interdisciplinaridade, o intercâmbio de conhecimentos entre as disciplinas.

5. Considerações finais

Os documentos oficiais que regem a organização do Ensino Médio no Brasil indicam que a interdisciplinaridade é a postura pedagógica que melhor atenderia às necessidades da escola atualmente. Considerando este posicionamento, reflete-se sobre as formas de vincular os conhecimentos toponomásticos às disciplinas escolares a partir de uma perspectiva

interdisciplinar.

Como forma de inserir no trabalho pedagógico o estudo dos nomes de lugares, propõe-se a abordagem da Toponomástica através de projetos interdisciplinares, oficinas, projetos de pesquisas. Os documentos oficiais sugerem, além da abordagem interdisciplinar, que a melhor forma de trabalhar essa proposta é através de projetos, pesquisas. Inclusive ressalta-se a importância de se desenvolver esses projetos na escola, pois é uma oportunidade de promover autonomia intelectual.

Por meio de projetos e pesquisas é possível associar conhecimentos de várias disciplinas. Com os conhecimentos de Língua Portuguesa, pode-se estudar o léxico, tanto de origem portuguesa, como africana e indígena; processos de formação de palavras, significado, origem, etimologia. Já as disciplinas de História e Geografia podem contribuir para o estudo de processos de ocupação, de formação identitária, de povoamento, da própria história do lugar, da geografia local, das relações de poder com o lugar, como constam nas orientações curriculares da área das Ciências Humanas.

Esta pesquisa teve como objetivos identificar como os nomes de lugares estão dispostos ou apresentados nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio e quais as relações interdisciplinares, identificadas nos documentos oficiais que regem o Ensino Médio, podem estar relacionadas aos nomes de lugares, também conhecidos como nomes geográficos na área da Geografia.

O estudo dos nomes de lugares nas provas do Enem demonstrou que os topônimos, em 98,42% das questões, são apresentados como identificadores, locativos que cumprem o papel de identificar o local nomeado. No entanto, uma questão apresentou um topônimo acompanhado de informações de cunho toponomástico. Observou-se, então, que os topônimos podem ser explorados e apresentados de forma interdisciplinar, indo além de sua função identificadora. A perspectiva do topônimo pode ser ampliada, pois ele é formado a partir elementos que se relacionam a diferentes áreas do saber, podendo ser atrelados a aspectos linguísticos, históricos e geográficos em sua forma de apresentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. Aspectos identitários e culturais na formação dos nomes de lugares: um estudo sob a ótica da geografia cul-

tural e humanista. In: *Revista Desafios*. V. 4, n. 1, p. 141-51, 2017.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio*. Parte I Bases Legais. Ministério da Educação, 2000a.

_____. *Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica*. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. *Base nacional comum curricular ensino médio*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf>. Acesso em: 19 de ago de 2018.

_____. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 nov. 2018.

CABRERA, Genoveva Torres. *Sobre Toponômica, 2002*. Disponível em: <http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/Sobre_toponomastica.pdf>. Acesso em: 9 maio 2018.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1990a.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: 1990b.

DUBOIS, Jean. *et al. Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Enem. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem>>. Acesso em: 02 ago 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Enem. Brasília, c2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>>. Acesso em: 02 ago 2018.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa: características usos e possibili-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dades. In: *Cadernos de pesquisa em administração*, São Paulo, V. 1, n. 3, 2º semestre 1996.

POCKLINGTON, Robert. *Introducción a la Toponomástica*, s/d. Disponível em: <http://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCION_A_LA_TOPONOMASTICA_1_ASPECTOS_UNIVERSALES_DE_LA_TOPONIMIA>. Acesso em: 9 maio 2018.

REIS, Ana Inez Alexandre. *Os nomes de lugares na provas do Enem: reflexões sobre toponomástica e ensino*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFT, Porto Nacional. 104f.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SEABRA, Maria Cândida. Referência e Onomástica, 2006. Disponível em: <<http://filologia.org.br/ileel/default.html>> Acesso em: 1 maio 2018.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. In: *Confluência* (Revista do Instituto de Língua Portuguesa), n. 44/45, 1º e 2º semestre de 2013, p. 165-183.

SUASSUNA, Livia. Pesquisa qualitativa em Educação e Linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. In: *Perspectiva*, V. 26, n. 1, jan-jun 2008, p. 341-77.

TRAPERO, Maximiliano. *La perspectiva semântica em los estudios de Toponomástica*, 1999. Disponível em: <http://canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/ART_Perspectiva.pdf>. Acesso em 15 outubro 2018.

ZAMARIANO, Márcia. Reflexões sobre a questão do nome próprio na toponímia. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: América Central e Caribe: múltiplos olhares*, V. 22, n. 45, p. 351-72, 2012.